

Área Temática do Congresso: Políticas públicas e envelhecimento

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E OS IDOSOS
INSTITUCIONALIZADOS NO BRASIL**

Autores: CANDICE ALVES ESMERALDO, ALINE ROCHELLE FILGUEIRA DANTAS, AMANDA KAROLINA TORRES DE MEDEIROS ALVES, RAFAEL ALVES DA SILVA, GRASIELA PIUVEZAM.

Instituição: DEPARTAMENTO DE SAÚDE COLETIVA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Introdução: O aumento da longevidade, nas últimas décadas do século passado, alterou o perfil demográfico do Brasil. As projeções estimam que em 2050, no Brasil, em torno de 22,71% da população será composta por idosos. Essas estimativas requerem uma maior preocupação por parte dos órgãos públicos, visando atender as demandas desse grupo caracterizado pela heterogeneidade que possui, seja internamente ou em relação aos demais grupos etários. Tal fenômeno origina ainda uma tendência de aumento na demanda das Instituições de Longa Permanência de Idosos (ILPI).

Objetivo: Identificar na perspectiva de gestores municipais as políticas desenvolvidas na área da saúde pública direcionadas a idosos institucionalizados no Brasil. Além disso, busca-se analisar na realidade dos municípios estudados aspectos da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI).

Metodologia: Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, do tipo observacional e analítico. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que trataram acerca das ações desenvolvidas pela área da saúde pública direcionadas aos idosos institucionalizados. Foram entrevistados 28 gestores municipais, sendo 11 secretários municipais de saúde, 06 coordenadores de saúde do idoso e 11 coordenadores de saúde bucal de 11 municípios brasileiros, contemplando as cinco regiões do Brasil. Os dados coletados foram processados de acordo com a análise realizada pelo software ALCESTE,



Congresso Internacional de Envelhecimento Humano

Avanços da ciência e das políticas públicas para o envelhecimento

versão 4.9.

Resultados: A análise dos dados no ALCESTE identificou 28 Unidades de Contexto Inicial (UCI), que correspondem aos 28 sujeitos entrevistados na pesquisa, fracionando o corpus em 434 Unidades de Contexto Elementares (UCE). Destas, 273 foram classificadas, representando um total de 63% do material submetido à análise. Assim na análise foram obtidas quatro classes. Na Classe 1, intitulada *“Atenção a saúde do idoso”*, observa-se que há uma constatação que a saúde do idoso necessita de uma abordagem diferenciada, considerando questões próprias deste grupo etário. Na Classe 2, denominada *“Institucionalização de idosos”*, pode-se inferir que inexistem políticas e programas governamentais direcionados aos idosos institucionalizados, observou-se também nos discursos que esse grupo não é considerado ainda na agenda de planejamento das secretarias municipais investigadas. A Classe 3, *“Condições de vida do idoso”*, evidenciou nas falas dos gestores que a ausência de assistência a saúde dos idosos residentes em ILPI é um dos fatores que determina a baixa qualidade de vida dessa população. A Classe 4, nomeada *“Políticas públicas direcionadas à saúde do idoso”* demonstrou uma insatisfação dos gestores quanto ao financiamento municipal da área da saúde, uma vez que consideram os recursos insuficientes para suprir a demanda.

Conclusão: O estudo demonstrou uma homogeneidade no discurso dos gestores quanto ao conhecimento dos aspectos das políticas de saúde pública, em especial a PNSPI. No entanto, existe uma grande deficiência de aplicação desses conceitos teóricos na realidade prática de atenção a saúde do idoso institucionalizado brasileiro.

(Apoio: CNPq - 402502/2005-1)

Palavras-Chave: Instituição de Longa Permanência para Idosos. Saúde Pública. Políticas Públicas de Saúde.